



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13673 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

## REDES DE INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE

Simone Gonçalves da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Aline Gonçalves de Moura - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Mateus Arguelho da Cunha - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS)

## REDES DE INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE

**Resumo:** O presente estudo consiste em apresentar a rede do Movimento Profissão Docente (MPD) e analisar algumas de suas ações para elaboração das políticas educacionais destinadas à formação de professores. Este movimento defende a promoção de estratégias para supostas melhorias para o desenvolvimento e valorização profissional docente. A pesquisa fundamenta-se na abordagem de análise de redes, proposta por Ball (2014; 2016), a partir do levantamento de dados nos *sites* de divulgação do MPD, bem como em relatórios produzidos em parceria com outros atores sociais. Por fim, evidenciam-se as múltiplas relações e modos de intervenção como estratégia operacionalizada pelo imaginário neoliberal com a intenção de produzir verdades sobre a construção profissional dos professores.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Redes de políticas; Formação de professores.

### Considerações iniciais

A pesquisa estuda as ações do Movimento Profissão Docente (MPD), um ator privado que integra redes políticas de governança em educação e atua na produção e disseminação de conhecimento para promover políticas educacionais, em especial na área de formação docente. Neste trabalho, apropriou-se das noções de neoliberalismo, de governança e das redes políticas em educação, fundamentais para se entender o surgimento de novos atores que influenciam as políticas educacionais. Assim, visa-se, a partir da metodologia de etnografia de redes (BALL, 2014; 2016), compreender como o MPD intervém e estabelece relações com outros atores, no processo de elaboração de políticas destinadas à formação docente.

### **Metodologia - Etnografia de redes**

A fim de identificar as relações que estão se estabelecendo em torno desse ator MPD, utiliza-se a etnografia de redes (BALL, 2014; 2016). Essa metodologia consiste num conjunto de atividades que pode envolver: i) buscas ostensivas na *internet* de atores envolvidos com as políticas, as ações de filantropia e os agentes de *edubusiness* em foco; ii) entrevistas com atores-chave dessas instituições; e, por fim, iii) utilização desses dados para a construção dessa rede de políticas. Nem sempre é viável a obtenção desse tipo de dados. A atividade relacionada à realização de entrevistas, por exemplo, não pôde ser realizada, em virtude da pouca acessibilidade aos contatos, por isso, tentou-se contornar essa tarefa usando relatórios e *sites* de notícias nos quais se pode encontrar informações que sustentam tais relações.

Deste modo, a etnografia de redes problematiza as relações desenvolvidas por esses atores, ao questionar o funcionamento das “organizações e atores, suas relações, atividades e histórias [...] aos ‘quem’, aos ‘o quês’, como também ao ‘onde’ da política - lugares e eventos onde passado, presente e o potencial futuro da educação coexistem” (BALL, 2016, p. 5). No decorrer da análise do MPD foram identificados 18 atores e 35 tipos de relações por eles estabelecidas. Essas relações entre o MPD e os atores envolvem financiamento de projetos, parcerias e apoios institucionais, produção de pesquisas, bem como construção conjunta de documentos que advogam determinado tipo de formação inicial e continuada de professores.

### **Redes de Governança: o caso do Movimento Profissão Docente**

As mudanças no Estado decorrentes das relações estabelecidas em redes de governança e políticas educativas evidenciam a influência do modelo neoliberal na educação e o fortalecimento das relações entre atores públicos e privados. Compreender as ações do

MPD, como ator privado inserido nessas redes, possibilita entender as estratégias implementadas a partir do imaginário neoliberal para a formação docente.

O neoliberalismo se conforma como uma racionalidade discursiva "que permeia nossa produção política, econômica, social e cultural" (HYPOLITO, 2021, p. 38). A expansão dessa racionalidade se dá, com maior intensidade, a partir da década de 1970 e ocorre, concomitantemente, com a implementação de novas formas de gestão da coisa pública decorrentes de uma série de acontecimentos situados nos planos econômico, político e ideológico em nível global. Neste contexto, surge o Estado Gerencial (NEWMAN; CLARKE, 2012), propondo-se modernizar o aparato burocrático do Estado, desencadeando outros modos de governança específicos de uma nova relação entre sociedade civil e Estado.

A janela aberta pelo Estado permitiu que novos atores e novas redes políticas ganhassem força. Ball (2014, p. 29) explicita que as "redes políticas são um tipo de 'social' novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos", que se dispõem a fornecer soluções colaborativas, de caráter inovador, para problemas sociais.

Para Ball (2014; 2016), as redes políticas em educação representam mudanças nas formas de governança da educação, de modo que a análise de redes políticas pode ser utilizada tanto para descrever de maneira abstrata mudanças gerais na forma de governo quanto para se referir ao estabelecimento de relações sociais práticas, instituindo nas políticas públicas um processo de resolução de problemas sociais por intermédio de respostas gerenciais, organizacionais e empresariais. Desta forma, é possível perceber que estas novas redes políticas vêm se difundindo de acordo com os discursos neoliberais em "um novo tipo de espaço de políticas [...] dentro e além dos locais tradicionais e de circulação de formulação de políticas" (BALL, 2014, p. 220).

É necessário considerar, nesse contexto de governança em rede, a participação de grandes empresas e corporações que influenciam a implantação de políticas e propostas educacionais de acordo com seus interesses. Os atores interagem entre si e compartilham suas soluções neoliberais e gerencialistas para os problemas que se apresentam: é o que se pretende mostrar por meio da análise do MPD como parte de uma rede, produzindo políticas de formação de professores.

Esse movimento, criado em 2017, reúne organizações não-governamentais, que atuam em pesquisas nacionais e internacionais para "idealizar políticas docentes que garantam professores bem preparados, motivados e com boas condições de trabalho" (MPD, 2023). A sua atuação, segundo informações do MPD, visa a "produção e disseminação do

conhecimento” em que “as ações são pautadas por pesquisas e evidências [...] embasar o debate sobre políticas docentes a partir de dados claros e que mostrem o que funciona”, assim como auxiliar as secretarias de educação na implementação de políticas destinadas à carreira docente (MPD, 2023).

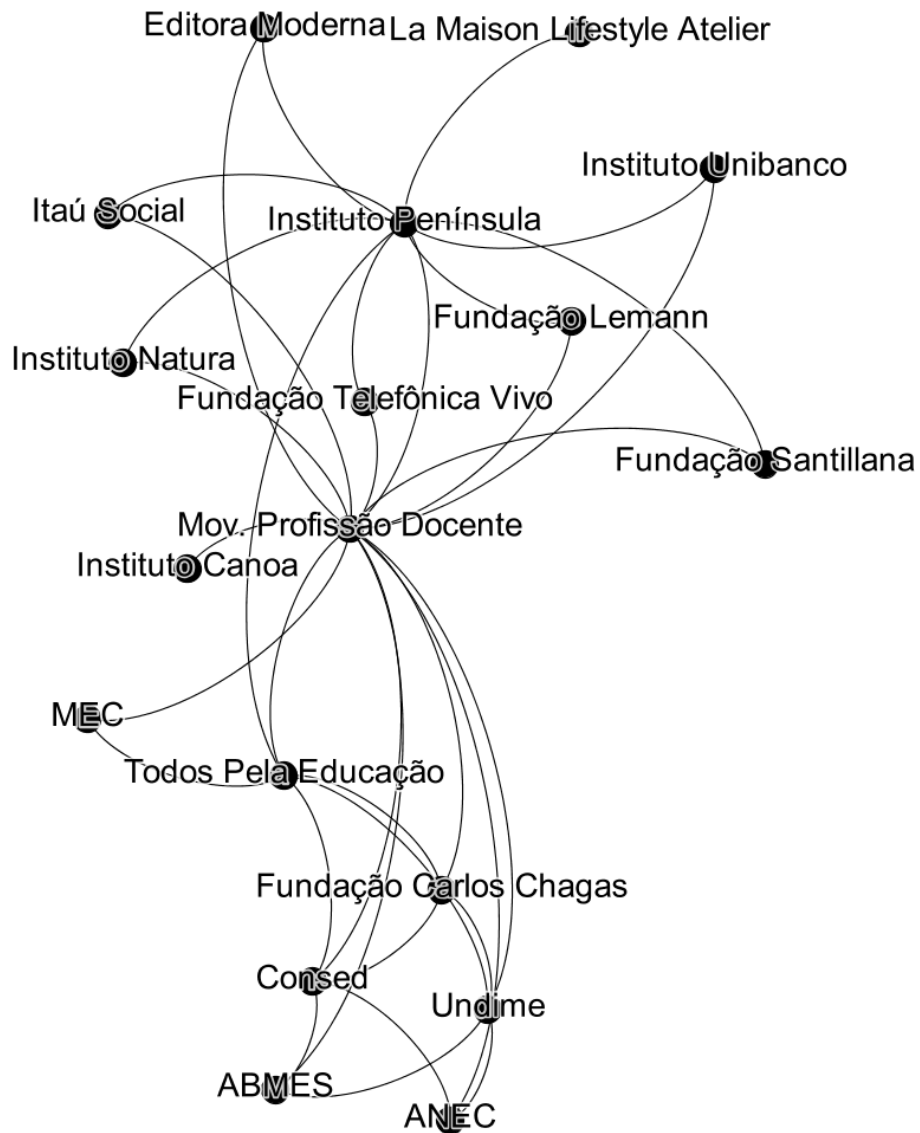
O MPD tem se empenhado para contribuir com discussões sob a influência do modelo político 'educação baseada em evidências', centrado na tendência cientificista que, por meio da avaliação em larga escala, orientam o planejamento da educação e a demanda em pesquisa educacional como subsídio na formulação de políticas educacionais. Com base nesse modelo disponibiliza publicações e pesquisas com interesse na formação inicial e continuada; no estágio das licenciaturas; na seleção qualificada de profissionais; na carreira atrativa que incentiva as boas práticas docentes (MPD, 2023).

No primeiro ano do MPD, em 2017, foi publicado o documento “Seminário para Construção dos Referenciais Docentes”, com foco no levantamento de propostas para a formação docente (MPD, 2023). Infere-se que esse passou a subsidiar os debates sobre as novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores. Essa preocupação com o processo de formação dos professores está relacionada com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, no qual as DCN devem estar alinhadas à proposta do currículo unificado para educação básica.

Em 2018, o movimento empenhou-se “para o aperfeiçoamento das políticas docentes e, sobretudo, como implementá-las” (MPD, 2023). Em 2019 e 2020 os esforços se voltaram para a construção (consolidação) de políticas docentes, no contexto da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, a atuação do MPD torna-se mais direta, uma vez que busca a execução das propostas construídas anteriormente para “apoiar efetivamente as redes de educação, estar junto a elas e ajudá-las a implementar iniciativas de impacto” (MPD, 2023).

A partir dessa discussão sobre o papel do movimento, apresenta-se uma fotografia da rede do MPD, com o objetivo de identificar, no momento analisado, quem são os atores que coadunam com essa iniciativa.

Figura 1 – Grafo da Composição da Rede do Movimento Profissão Docente



Fonte: Os autores

Na organização desta rede do MPD aparecem 18 atores sociais, que se denominam instituições estatais, fundações ligadas a grandes grupos econômicos e associações civis de dirigentes educacionais, entre outras. Os grupos privados Todos pela Educação (TPE), Instituto Península e Fundação Lemann são os atores que mais estabelecem relações de financiamento, de organização de seminários e pesquisas, de tal modo que dispersam seus interesses e mobilizam discursos em redes no desenvolvimento das políticas de formação de professores. Com relação a esses atores, alguns destaques: Fundação Lemann é a secretária executiva e participante ativa do Movimento pela Base, o principal idealizador, interlocutor, articulador e influenciador para produção e efetivação da BNCC; o TPE incentivou a proposição de criação do MPD; Instituto Península lidera e coordena o MPD.

Essas novas relações em rede representam mudanças dinâmicas e imediatas com relevância nacional e global, e se refletem nas políticas educacionais, na reforma da educação, na democracia e nas práticas da educação (BALL, 2014). Portanto, o Estado tem uma nova configuração no seu papel ao reforçar a consolidação de poderes políticos aos atores empresariais. Verifica-se com isso o fortalecimento de uma suposta sociedade civil, não apenas na arena de disputas e de negociações em torno de pautas educacionais, mas sobretudo, com atuação efetiva na elaboração dos documentos legais (pareceres e resoluções).

No intuito de fomentar as supostas melhorias no campo da formação, desde o desenvolvimento profissional e a valorização docente, os materiais produzidos pelo MPD enfatizam: a centralidade da prática; a estrutura curricular comum com base em resultados padronizados; as competências profissionais; o desempenho, avaliação e certificação docente; os planos de carreira; o estágio e suas experiências exitosas.

Dentre essas ações do MPD, destacam-se alguns documentos que influenciaram a produção de políticas de formação de professores, a partir de competências profissionais alinhadas a padronização avaliativa e curricular: i) Contribuições do Movimento Profissão Docente à Consulta Pública das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores, em parceria com o Todos Pela Educação; ii) Pesquisa sobre a regulamentação de Licenciaturas no Exterior, conduzida pelo Instituto Canoa, citada no Parecer CNE/CP nº 22/2019 e serviu de fundamentação à Resolução CNE/CP nº 02/19, que culminou na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO); iii) Referenciais Profissionais Docentes para Formação Continuada, pesquisa financiada pela MPD e TPE, assessoria técnica da Fundação Carlos Chagas e com representantes do Consed, da Undime e do MEC, que subsidiou a Resolução CNE/CP nº 1/2020 - DCN para Formação Continuada de Professores da Educação Básica BNC-Formação Continuada.

Esse modo de governança de redes políticas potencializa o discurso neoliberal como uma racionalidade, um sistema normativo capaz de orientar a prática efetiva dos governos e dos sujeitos, capaz de ampliar sua influência, expandindo a lógica do capital para todas as relações sociais e para todos os setores da vida (DARDOT; LAVAL, 2016). Isso pode ser percebido como mudanças sociais e políticas nas tecnologias de governo, “que têm o objetivo e o efeito de produzir novos tipos de cidadãos e trabalhadores empreendedores e condescendentes, ativos e responsáveis – uma explosão nos modos de governar” (BALL, 2013, p. 178).

Percebe-se que os documentos e os relatórios confeccionados pelo MPD, como formas de governar, incidem na orientação dos comportamentos e na constituição profissional dos professores. É constatado pela primazia de noções neoliberais a subjetivação dos docentes, como responsáveis, empreendedores, eficientes, competentes, competitivos, inovadores, flexíveis, cooptados pelo ímpeto de colaboração e de participação na melhoria da qualidade da educação nacional ao estabelecer melhores desempenhos e posicionar o país em melhores colocações nos rankings internacionais. No caso, submeter professores à lógica performática, que se resume em competências mensuráveis, resultados standardizados e uma concorrência generalizada.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa trouxe o debate sobre a rede de governança em educação que se organiza em torno do Movimento Profissão Docente. Constatou-se como o MPD tem interferido na condução de políticas e reformas educacionais, de controle, de padronização e regulação no currículo de formação de professores, por meio de competências, como parâmetro para a garantia de eficiência e excelência no alcance de resultados avaliativos expostos a julgamentos.

As análises empreendidas, possibilitam compreender que materiais produzidos por atores da sociedade civil, ajudam a criar mais um expediente que sugere formas de ser e de estar na docência. Esta rede de governança analisada sustenta múltiplas relações e modos de intervenção nas políticas de formação docente, em particular, como estratégia de legitimar um imaginário neoliberal que produz verdades sobre o caráter profissional da docência a partir da perspectiva do professor como empreendedor, competente, competitivo e responsabilizado.

### **Referências**

BALL, S. J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. (org.) **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 177-189.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta

Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, S. J. Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal of Education Policy**, v. 31, n. 5, 2016, p. 549–566.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 22**, de 7 de novembro de 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

HYPOLITO, Á. M. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, jul./set. 2021, p. 35-52.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, maio/ago. 2012, p. 353-381.

MOVIMENTO PROFESSÃO DOCENTE. Disponível em:  
<https://www.profissaodocente.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2023.